

## O MUNICÍPIO DE QUILOMBO, SANTA CATARINA - BR: A EVOLUÇÃO DE SUA ESTRUTURA FUNDIÁRIA 1970-1996

Noeli Pertile<sup>1</sup>  
Roland Luiz Pizzolatti<sup>2</sup>

A agricultura familiar possui grande representatividade na produção de alimento no país. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), do total dos estabelecimentos agrícolas brasileiros existentes em 1995, 89,3% possuíam menos de 100ha e ocupavam apenas 20% da área total, acrescenta-se ainda que 79,9% dos estabelecimentos eram explorados por mão-de-obra familiar. As proporções de concentração de terras em nosso país são ainda mais alarmantes se comparadas aos extremos. Em 1995, 49,7% dos estabelecimentos com áreas menores de 10ha detinham 2,3% do total de terras, enquanto isso, as propriedades com mil hectares e mais as quais representavam cerca de 1%, detinham aproximadamente 45,1% da área dos estabelecimentos em 1995.

Gestado como sendo alternativa à Reforma Agrária, o modo de organização social da produção e os padrões tecnológicos advindos da modernização agrícola se fizeram *contra os trabalhadores do campo*. O processo favoreceu uma maior concentração da terra, com massiva incorporação de pequenas unidades de produção por médias e grandes propriedades, reforçando assim, o caráter polarizado da estrutura agrária brasileira.

A concentração de terras em nosso país é uma realidade da qual não pode-se fugir, porém, a mesma realidade não pode ser generalizada para todos os municípios brasileiros. Particularmente em Santa Catarina, existem municípios em que as parcelas agrícolas foram seguidamente subdivididas não ocorrendo, portanto, uma concentração de terras, comum em todo o Brasil.

O setor agrícola é uma importante atividade na economia catarinense e representa 17,4% do PIB(Produto Interno Bruto) estadual<sup>3</sup>. Mas, se forem contabilizadas também as atividades agroindustriais e outras relacionadas com o setor, este percentual eleva-se para mais de 40%. Destas atividades, a agroindústria responde por aproximadamente 19% da renda gerada proporcionando trabalho a cerca de 35 mil pessoas em seus três mil estabelecimentos rurais. Cinco produtos contribuem para a exportação com mais de US\$700 milhões: aves, soja, fumo, maçã e suínos. Do total do valor exportado pelo Estado de Santa Catarina, os frangos, os suínos e a soja representam 27%. Apesar de todas as porções do estado desenvolverem a atividade agropecuária, o Oeste Catarinense é a que mais se destaca. Sua produção em relação ao total estadual é de 74% do milho, 69% da soja, 81% da carne de frango e 68% da carne suína e, em sua expressiva rurais familiares.

Nossa proposta de estudo está relacionada com a evolução da estrutura fundiária de um dos municípios catarinenses que possui sua base produtiva baseada na agricultura familiar. Para tanto, focalizamos o Município de Quilombo, localizado na porção oeste do Estado de Santa Catarina, Brasil.

Conforme os dados expressos no Gráfico I, a população rural de Quilombo veio declinando, apesar de ainda mostrar sua predominância. Com o afluxo de imigrantes, no ano de 1957, Quilombo passou a ser distrito de Chapecó<sup>4</sup> e, em 1961, o distrito passou para a categoria de município.

---

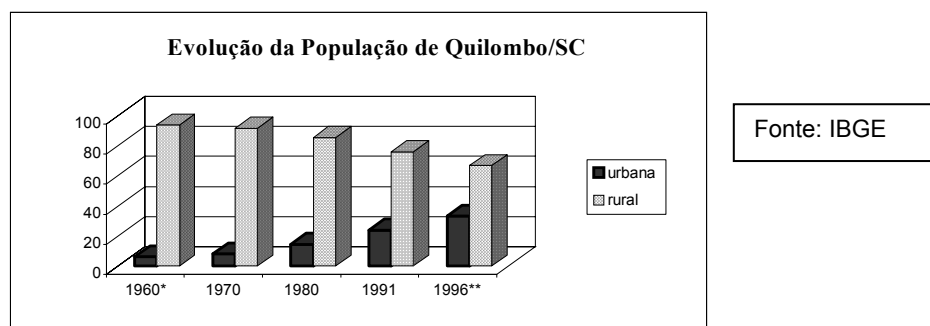
<sup>1</sup> Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC.

<sup>3</sup> Santa Catarina, Bacias Hidrográficas de Santa Catarina: diagnóstico geral.p 38.

<sup>4</sup> Em 1958, Chapecó possuía 11 distritos, dentre eles, Quilombo. IBGE, 1959.

Gráfico I— Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991 IBGE – Contagem da População, 1996



Fonte: IBGE

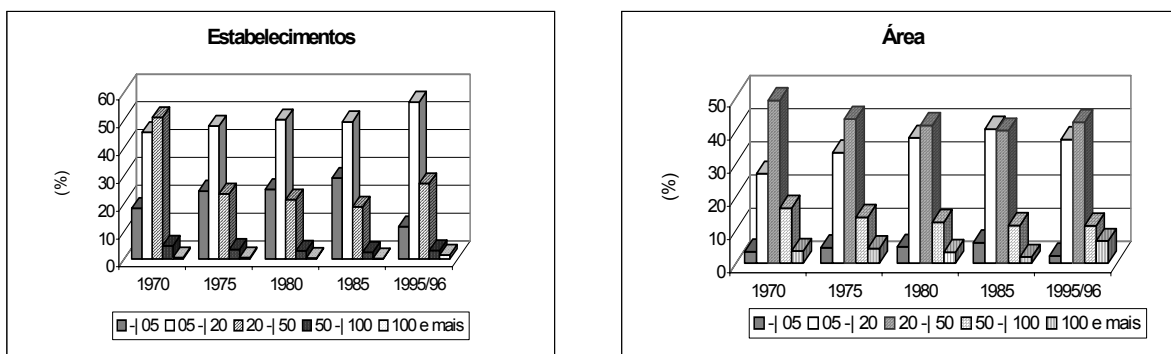
Em 1960, quando Quilombo ainda era Distrito do Município de Chapecó, contava com uma população absoluta de 6.621 habitantes. Sua grande maioria, ou seja, 93,73%, residia no meio rural. Na década seguinte, Quilombo já emancipado, possuía 15.914 habitantes. O principal fator que contribuiu para o crescimento da população, foi a chegada de imigrantes oriundos de outras localidades, principalmente do Rio Grande do Sul. Em 1980, constata-se que o município atingiu seu maior índice de população – 21.458 e a proporção de população rural declinou em relação a população do campo da década anterior passando para 85,52%.

Na segunda metade da década de 80 ainda verificava-se uma busca de novas fronteiras agrícolas e muitas famílias deixaram Quilombo. Neste sentido, para o ano de 1991, houve um decréscimo da população total do município, passando para 19.362 habitantes. Ocorreram fluxos migratórios em direção aos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e para o vizinho país do Paraguai. A fertilidade do solo, a possibilidade de expansão da área para os cultivos diversos, dentre eles o da soja, foram fatores que contribuíram para tal migração. Outros emigraram para o Estado do Rio Grande do Sul, principalmente nas cidades mais industrializadas, para lá se dirigiram em busca de empregos na perspectiva de encontrarem melhores condições de vida.

Com as migrações e com o êxodo rural, o município perdeu em 1991, mais 9,5% de sua população rural, enquanto a população urbana estava em torno de seus 24% do total municipal. Já para 1996, a população total era de 10.925 habitantes. O fator principal do decréscimo da população para o município de Quilombo, foi a emancipação de dois de seus distritos, Irati e Formosa do Sul no ano de 1993. Posteriormente, em 1997, o distrito de Santiago do Sul foi emancipado. Atualmente, possui 280km<sup>2</sup>, distribuídos em 45 linhas ou comunidades, mais a sede do município.

Quilombo, segundo o IBGE, possuía em 1970 um total de 15.914 habitantes e, destes, 91,8% residiam na zona rural. Havia 2.009 estabelecimentos rurais que ocupavam uma área de 38.628ha. Quanto a condição do produtor, 74,6% eram proprietários, 6,7% arrendatários, 8,4% parceiros e 10,3% ocupantes. Para o mesmo ano, se considerarmos a distribuição dos estabelecimentos segundo a área total (ver gráficos II e III), 63,8% possuíam menos de 20ha e ocupavam 30,5% da área total; 30% dos estabelecimentos detinham entre 20 e 50ha e ocupavam 49% da área total. Assim, os estabelecimentos com mais de 50ha alcançavam o índice de apenas 1,2% e, mesmo assim, ocupavam 20% da área agrícola do município.

Gráficos II e III - Distribuição do número e área dos estabelecimentos rurais por categorias dimensionais no município de Quilombo/SC 1970-1995/96



Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995-96

O emprego da mão-de-obra familiar foi, desde o início da colonização, característica na agricultura de Quilombo, bem como da maioria dos municípios do Oeste de Santa Catarina. Quando foi realizado o Censo Agropecuário de 1970, a expressiva maioria do pessoal ocupado no setor agropecuário, ou seja, 98,8%, era constituído de mão-de-obra familiar.

A predominância de pequenos estabelecimentos, ou seja, com dimensões inferiores a 50ha, é explicada em parte, pela ação de uma empresa particular, a Companhia de Colonização Bertaso. A Companhia demarcou os lotes rurais com dimensões, em média, de 25ha. Até os anos 50, muitos colonos puderam obter seus lotes de terra demarcados pela colonizadora e, até mesmo, conseguiram comprar sua propriedade com poucos recursos financeiros, pois pagavam em prestações.

A partir de então, com a diminuição da oferta dos lotes rurais, as terras foram valorizadas, sobretudo após o início da década de 70. Naquela época, o processo de modernização da agricultura estava sendo impulsionado e o preço das terras dispararam ainda mais, tornando a renda fundiária demasiadamente elevada. Como uma das conseqüências imediatas, a compra de terra, para garantir as novas gerações, foi limitada ou mesmo impedida.

De acordo com os dados referentes ao último censo publicado (1995/96), havia 10.925 habitantes e, destes, 66,9% residiam na área rural. Apesar de ainda mostrar sua predominância no município em estudo, o incremento da população rural veio decaindo. O fator principal do decréscimo do contingente populacional, foi a perda de dois distritos, Irati e Formosa do Sul, emancipados no ano de 1993. Dos estabelecimentos agrícolas existentes no município, cerca de 95,4% possuíam área inferior a 50ha e ocupavam o equivalente a 82% da área agrícola municipal. Ressaltamos que 68,2% possuíam uma área com dimensões inferiores a 20ha e ocupavam 39,5% da área agrícola. Considerando que Quilombo possui um relevo bastante acidentado, a área destinada ao cultivo acaba sendo ainda mais restrita.

Diferentemente do que acontece na maioria dos municípios brasileiros, em que ocorre a concentração das terras, ao analisarmos a situação da estrutura fundiária do município de Quilombo, com base nos censos de 1970-1996, a maioria das terras estavam ocupadas por estabelecimentos agrícolas com tamanho inferior a 50ha.

Comparando-se os dados dos dois censos, constatamos que na evolução da estrutura fundiária do município, houve um pequeno aumento dos estabelecimentos com área inferior a 20ha. Cerca de 63% dos estabelecimentos possuíam menos de 20ha em 1970 e 68% em 1995/96. Ressaltamos que destes, 17,2% possuíam estabelecimentos rurais com reduzida dimensão, ou seja, com menos que 5ha no último censo levantado, deixando a vista o processo de exclusão do campo no município em estudo.

Um dos fatores responsáveis pelos números levantados está relacionado com a subdivisão das propriedades entre pais e filhos que não vislumbraram possibilidades de aquisição de novas áreas. Os colonos buscavam meios para continuar o processo de reprodução familiar e condições de reprodução econômica, à medida que seus filhos constituíssem famílias. A reprodução dessas unidades exigiam recursos financeiros para adquirirem novas áreas de terra, dentro do processo de expansão horizontal. Na medida do possível, os agricultores evitavam o intenso fracionamento da propriedade pela partilha por herança. Porém, a medida que a colonização ia avançando, o preço das terras ia aumentando. E quando o número de filhos era grande, o problema agravava-se ainda mais. No município em estudo, ocorreu uma sucessiva partilha dos lotes rurais entre pais e filhos. Houveram também, pais que não conseguiram mais partilhar suas terras. Há porém, os casos dos caboclos que residem no município antes mesmo da chegada dos colonos do Rio Grande do Sul. Estes, porém, não compartilharam as terras com os seus filhos porque eles mesmos não tiveram acesso a um *pedaço de chão* para plantar. Muitos deles

trabalham com empreitadas na colheita de produtos como o milho e feijão, na capina, na roçada ou ainda no carregamento de frangos. Eles residem nas proximidades da cidade que poucos empregos tem a oferecer.

As políticas desenvolvidas com a finalidade de aumentar a produtividade com a opção de produção para a exportação, deixando de realizar uma política voltada às questões sociais, tem forçado uma expropriação da força de trabalho antes ocupada nos lotes com reduzida área, como pequenos proprietários, filhos de pequenos proprietários ou outras formas de parceria. Assim, as ações que implementa o MST(Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em Santa Catarina para conquistar a "terra do trabalho", iniciaram-se no oeste, onde a pressão pela terra tem sido mais sentida e expressiva.

Verificamos que houve nítida dominância de pequenos agricultores no universo das propriedades rurais do município de Quilombo. Esses mini-produtores, também chamados de periféricos, até mesmo marginalizados, têm sido há muito tempo, excluídos do acesso à terra e quando as possuem, são de péssima qualidade, em áreas íngremes e pedregosas. Grande parte destes trabalhadores são obrigados a complementar a renda através do arrendamento de terras de outros proprietários e/ou venda de mão-de-obra de determinados membros da família. Para estes, além da necessidade de políticas diferenciadas de crédito e de uma assistência técnica mais intensiva, acreditamos que a reforma agrária seja uma condição vital para sua viabilização/permanência enquanto agricultores.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil Censo Agropecuário. Rio de Janeiro, 1995-96.  
\_\_\_\_\_. Censo Agropecuário de Santa Catarina. Rio de Janeiro, 1970, 1975, 1980,1985,1990,1995-96.  
\_\_\_\_\_. Censo Demográfico. Rio de Janeiro, 1960, 1970, 1980, 1991  
\_\_\_\_\_. Contagem da população. Rio de Janeiro, 1996 .  
\_\_\_\_\_. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, 1959.  
SANTA CATARINA, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Bacias Hidrográficas de Santa Catarina: diagnóstico geral. Florianópolis, 1997.